

na 2.ª posição remuneratória, nível 15, da tabela remuneratória única, aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de Dezembro, ficando a trabalhadora sujeita a período experimental de 180 dias, nos termos do n.º 2 da Cláusula 6.ª do ACT n.º 1/2009, de 28 de Setembro e do Regulamento de Extensão n.º 1-A/210, de 2 de Março.

9 de Setembro de 2011. — O Director-Geral, *Mário Lobo*.
205149181

Aviso n.º 19354/2011

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 3 do artigo 17.º da lei preambular e artigo 72.º do RCTFP, (Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro) torna -se público que, na sequência do procedimento concursal aberto através do Aviso n.º 12 348/2010, publicado no *Diário da República* 2.ª série n.º 119, de 22 de Junho, rectificado e republicado pela declaração de rectificação n.º 1590/2010, publicada no *Diário da República* n.º 153, de 9 de Agosto, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a 01 de Julho de 2011, com a trabalhadora Clara Lúcia Guerra dos Santos, colocada no mapa de pessoal da Direcção-Geral das Actividades Económicas (DGAE) na carreira e categoria de Técnico Superior, entre a 2.ª e a 3.ª posição remuneratória e nível entre o 15 e o 19, da tabela remuneratória única, aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de Dezembro, ficando a trabalhadora sujeita a período experimental de 180 dias, nos termos do n.º 2 da Cláusula 6.ª do ACT n.º 1/2009, de 28 de Setembro e do Regulamento de Extensão n.º 1-A/210, de 2 de Março.

9 de Setembro de 2011. — O Director-Geral, *Mário Lobo*.
205153766

Aviso n.º 19355/2011

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 3 do artigo 17.º da lei preambular e artigo 72.º do RCTFP, (Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro), torna -se público que, na sequência do procedimento concursal, aberto através do Aviso n.º 12 350/2010, publicado no *Diário da República* 2.ª série n.º 119, de 22 de Junho, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a 01 de Junho de 2011, com a trabalhadora Maria Joana Ferreira Colaço Sabino, colocada no mapa de pessoal da Direcção-Geral das Actividades Económicas (DGAE) na carreira e categoria de Técnico Superior, na 3.ª posição remuneratória, nível 19, da tabela remuneratória única, aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de Dezembro, ficando a trabalhadora sujeita a período experimental de 180 dias, nos termos do n.º 2 da Cláusula 6.ª do ACT n.º 1/2009, de 28 de Setembro e do Regulamento de Extensão n.º 1-A/210, de 2 de Março.

9 de Setembro de 2011. — O Director-Geral, *Mário Lobo*.
205153806

Aviso n.º 19356/2011

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 3 do artigo 17.º da lei preambular e artigo 72.º do RCTFP, (Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro), torna -se público que, na sequência do procedimento concursal aberto através do Aviso n.º 12 349/2010, publicado no *Diário da República* 2.ª série n.º 119, de 22 de Junho, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a 09 de Março de 2011, com o trabalhador Rodrigo Manuel Cecília Marujo Gonçalves, colocado no mapa de pessoal da Direcção-Geral das Actividades Económicas (DGAE) na carreira e categoria de Técnico Superior, entre a 3.ª e a 4.ª posição remuneratória, e nível entre 19 e 23, da tabela remuneratória única, aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de Dezembro, ficando o trabalhador sujeito a período experimental de 180 dias, nos termos do n.º 2 da Cláusula 6.ª do ACT n.º 1/2009, de 28 de Setembro e do Regulamento de Extensão n.º 1-A/210, de 2 de Março.

9 de Setembro de 2011. — O Director-Geral, *Mário Lobo*.
205155718

Aviso n.º 19357/2011

Dando cumprimento ao disposto na alínea *b*) do n.º 1, do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que, na sequência de aprovação na 11.ª Edição do Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública (2010/2011), conforme lista publicada através do Aviso n.º 14191/2011, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 134, de 14 de Julho e do previsto nos n.ºs 1 a 4 do artigo 56.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, foram celebrados na Direcção-Geral das Actividades

Económicas (DGAE) contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a 30 de Junho de 2011, com os trabalhadores, licenciados Júlio Marcos Gonçalves do Vale e Vasconcelos de Carvalho, Maria Manuela Melhorado de Oliveira Fernandes de Meneses Falcão, Pedro Miguel Lopes Martins, Ricardo Gil Cardeira Martins e Sofia Gonçalves Lourenço e Melo Quinas, que foram colocados no mapa de pessoal da DGAE, na 2.ª posição remuneratória, nível 15, aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de Dezembro e sujeitos a período experimental de 180 dias, nos termos do n.º 2 da Cláusula 6.ª do ACT n.º 1/2009, de 28 de Setembro e do Regulamento de Extensão n.º 1-A/210, de 2 de Março.

9 de Setembro de 2011. — O Director-Geral, *Mário Lobo*.
205155807

Aviso n.º 19358/2011

Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 12.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, conjugado com o n.º 2 do artigo 73.º, e n.º 1 do artigo 75.º, e n.º 1 do artigo 76.º, todos do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, em conjugação com a cláusula 6.ª do Acordo Colectivo de Trabalho n.º 1/2009, de 24 de Setembro, e do n.º 1 do artigo 1.º do Regulamento de Extensão n.º 1-A/2010 de 1 de Março, e após homologação da Acta do júri constituído para o efeito, torno público a conclusão, com sucesso, do período experimental da trabalhadora, licenciada Maria Luísa da Silva Ramalho, na carreira e categoria de técnico superior.

20 de Setembro de 2011 — O Director-Geral, *Mário Lobo*.
205155986

Louvor n.º 1736/2011

No momento em que o licenciado António José Caeiro da Motta Veiga se aposentou, de funções públicas, é de inteira justiça enaltecer as suas excelentes qualidades pessoais e profissionais, aliadas à sua vasta experiência e conhecimentos técnicos, realçando a generosidade, o trato afável e disponibilidade com que, sempre que necessário, correspondeu às mais variadas solicitações, na prossecução dos objectivos do Serviço, designadamente na Direcção-Geral das Actividades Económicas.

O profissionalismo com que desempenhou as suas funções e cargos, com um elevado sentido de responsabilidade ao longo da sua carreira profissional, tornam-no, justo merecedor deste público louvor.

19 de Setembro de 2011. — O Director-Geral, *Mário Lobo*.
205155889

Direcção-Geral de Energia e Geologia

Despacho (extracto) n.º 13012/2011

Por despacho do Director-Geral de Energia e Geologia de 18 de Julho de 2011, ao abrigo do artigo 11.º do Estatuto das Entidades Instaladoras e Montadoras e Definição dos Grupos Profissionais Associados à Indústria dos Gases Combustíveis, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 263/89, de 17 de Agosto, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 188, de 17 de Agosto:

Escola Profissional do Fundão — Associação Promotora de Ensino Profissional da Cova da Beira, com sede na Rua de Salamanca, n.º 1, Fundão — reconhecida como organismo formador e com delegação para, ao abrigo do n.º 3 do artigo 7.º do Estatuto das Entidades Instaladoras e Montadoras e Definição dos Grupos Profissionais Associados à Indústria dos Gases Combustíveis, emitir licenças de técnico de gás e realizar o respectivo curso de formação.

01 de Setembro de 2011. — O Subdirector-Geral, com delegação de competências, *Pedro Manuel de Sousa Gonçalves*.

205148833

Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P.

Aviso n.º 19359/2011

Concurso interno de acesso geral para recrutamento de um Especialista de Informática

1 — Nos termos do disposto na alínea *a*) do artigo 9.º e do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 204/98, aplicáveis por força da subalínea *i*, da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 35.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, faz-se público que por despacho de 16 de Março de 2011 da Vice-Presidente

deste Instituto, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação no *Diário da República*, do presente aviso, concurso interno de acesso geral, com vista ao preenchimento de um lugar de especialista de informática, grau 3, nível 2, da carreira de especialista de informática, previsto, e não ocupado, no mapa de pessoal do Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P. (IMTT IP).

2 — Legislação aplicável — Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de Março, Portaria n.º 358/2002, de 3 de Abril, Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro.

3 — Prazo de validade — O concurso é válido para o preenchimento do posto de trabalho a concurso, caducando com o respectivo preenchimento.

4 — Serviço e local de trabalho: As funções serão exercidas na Direcção de Serviços de Sistemas de Informação/Departamento de Tecnologias de Informação e Comunicação, sitas na Avenida das Forças Armadas n.º 40, 1649-022 Lisboa.

5 — Remuneração: Nos termos do artigo 26.º da Lei n.º 55-A/2011, de 31 de Dezembro, a remuneração corresponde ao escalão 1, índice 780, da carreira de Especialista de Informática, no montante de € 2 677,58, ou, caso o candidato se encontre posicionado em escalão e índice superior, a remuneração a auferir será aquela que o candidato efectivamente detém.

6 — Área funcional — A área funcional do lugar a prover enquadra-se na Direcção de Serviços de Sistemas de Informação/Departamento de Tecnologias de Informação e Comunicação, cujas competências se encontram estabelecidas no artigo 7.º da Portaria n.º 545/2007 de 30 de Abril.

7 — Conteúdo funcional — Desempenho de funções nas áreas constantes do ponto 2.º da Portaria n.º 358/2002, de 03 de Abril, no domínio da administração de sistemas e redes, pretendendo -se, nomeadamente e como Perfil, experiência em:

- a) Administração de Sistemas UNIX/LINUX /WINDOWS.
- b) Gestão de controladores de domínio a nível de Active Directory, DHCP e DNS.
- c) Gestão da infra-estrutura de sistemas locais (Estações de trabalho e impressoras).
- d) Distribuição centralizada de software e updates.
- e) Construção de transacções seguras na Internet.
- f) Tecnologias Java e XML.
- g) SGBD Oracle e SQL Server.

8 — Requisitos gerais e especiais de admissão ao concurso:

8.1 — Requisitos gerais — constituem requisitos gerais de admissão os previstos no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

8.2 — Requisitos especiais:

8.2.1 — Os constantes no Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de Março.

8.2.2 — Nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 24.º, conjugada com o n.º 3 do artigo 26.º, todos da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, apenas se podem candidatar ao presente concurso, os trabalhadores que sejam detentores de relação jurídica de emprego público previamente estabelecida com a Administração Central e já se encontrem inseridos na carreira e na categoria para as quais é aberto o presente concurso.

8.3 — Nos termos do n.º 3 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, os candidatos devem reunir os requisitos exigidos até ao termo do prazo fixado para apresentação das candidaturas.

9 — Requisitos de Vínculo

9.1 — Em cumprimento do estabelecido no n.º 4 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2009, de 27 de Fevereiro, o recrutamento inicia-se de entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público previamente estabelecida com a Administração Central.

9.2 — Não serão admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria em referência e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal do IMTT, IP idênticos ao posto de trabalho para cuja ocupação se publicita o presente concurso.

10 — Método de selecção — Nos termos do artigo 18.º e 19.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, conjugado com o artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de Março, serão utilizados os seguintes métodos de selecção: Prova de Conhecimentos e Avaliação Curricular, cada uma delas com carácter eliminatório, caso a classificação obtida em cada método seja inferior a 9,5 valores.

10.1 — Prova de conhecimentos — Destina -se a avaliar os níveis de conhecimentos académicos e profissionais dos candidatos exigíveis e adequados ao exercício das suas funções, revestirá forma oral e terá a duração máxima de 30 minutos e, atento o artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 147/2007, de 27 de Abril, versará sobre o programa aprovado pelo Despacho Conjunto n.º 501/2004, de 5 de Agosto, publicado no *Diário*

da República n.º 183, 2.ª série, de 5 de Agosto, nomeadamente nas seguintes temáticas:

- a) Gestão e arquitectura de sistemas de informação;
- b) Qualidade dos sistemas de informação;
- c) Administração de sistemas, de serviços de rede e de sistemas distribuídos;
- d) Planeamento, desenvolvimento e administração de infra-estruturas tecnológicas, sua segurança e manutenção;
- e) Segurança de sistemas informáticos e integridade da informação;
- f) Gestão de projectos informáticos.

10.2 — Avaliação Curricular — Visa avaliar as aptidões profissionais dos candidatos com base na análise dos respectivos currículos das funções, onde serão ponderados os seguintes factores profissionais, ponderados de acordo com as exigências:

- Habilitação Académica de Base;
- Formação e Qualificação Profissional;
- Experiência Profissional;
- Avaliação de Desempenho.

10.2.1 — A Avaliação Curricular comportará os seguintes itens:

- a) Formação Académica (FA), com ponderação de 1, sendo exigível o grau de licenciatura.
- b) Formação profissional (FP), com ponderação de 3.
- c) Experiência e capacidades identificadas no Perfil (ECP), com ponderação de 6.

10.2.2 — A classificação da avaliação curricular (AC) será determinada pela aplicação do seguinte algoritmo:

$$AC = (1FA + 3FP + 6ECP)/10$$

em que:

- AC = Avaliação Curricular
- FA = Formação Académica
- FP = Formação Profissional
- ECP = Experiência e Capacidades identificadas no Perfil

10.3 — Classificação Final — A Classificação Final (CF), expressa de 0 a 20 valores, resultará da seguinte fórmula:

$$CF = (6PC + 4AC)/10$$

em que:

- CF = Classificação Final
- PC = Prova de Conhecimentos
- AC = Avaliação Curricular

10.4 — A classificação de cada um dos métodos de selecção, será expressa de 0 a 20 valores e ordenará os candidatos segundo a classificação decrescente obtida.

10.5 — Os critérios de apreciação e ponderação e a sua aplicação nos métodos de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de acta da reunião do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

11 — A falta de comparência dos candidatos a qualquer um dos métodos de selecção equivale à desistência do concurso.

12 — Em situações de igualdade de valoração, serão observados os critérios de ordenação preferencial estipulados no artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

13 — Dando cumprimento ao disposto no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, no presente concurso o candidato com deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal.

14 — Formalização das candidaturas:

14.1 — As candidaturas devem ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao Presidente do IMTT, entregue pessoalmente na Direcção de Serviços de Apoio à Gestão/Secção de Expediente Geral, das 9 horas às 12 horas e 30 e das 14 horas às 17 horas, ou remetidas pelo correio, com aviso de recepção expedido até ao termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas, para Avenida das Forças Armadas, n.º 40, 1649-022 Lisboa, onde indiquem os seguintes elementos:

- a) Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, data de nascimento, número, data de emissão e data de validade e serviço emissor do bilhete de identidade ou do Cartão de Cidadão, número fiscal de contribuinte, residência, código postal, e telefone);
- b) Habilitações Académicas;
- c) Categoria profissional e serviço a que está vinculado;

d) Identificação do concurso a que se candidata, com indicação do respectivo número do Aviso, data e número do *Diário da República*, onde foi publicado;

e) Quaisquer outros elementos que os candidatos entendam dever apresentar que possam ser relevantes para apreciação do seu mérito ou constituem motivo de preferência legal, os quais serão tidos em conta pelo júri se devidamente comprovados;

f) Data e assinatura.

14.2 — O requerimento de admissão ao concurso, devidamente datado e assinado, é acompanhado da seguinte documentação, sob pena de exclusão:

a) Curriculum profissional detalhado e actualizado, do qual devem constar, designadamente, as habilitações literárias, as funções que exerce, bem como as que exerceu, com indicação dos respectivos períodos de permanência, actividades relevantes, assim como a formação profissional detida;

b) Documentos comprovativos das habilitações literárias e das acções de formação profissional frequentadas;

c) Declaração, sob compromisso de honra, de que preenche os requisitos gerais de admissão ao concurso, previstos no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98;

d) Declaração devidamente actualizada (data reportada ao prazo estabelecido para apresentação de candidaturas), emitida pelo serviço de origem, da qual constem, de forma inequívoca, a categoria, a carreira e a natureza do vínculo, a antiguidade na categoria, na carreira e na função pública e as classificações de serviço obtidas nos últimos três anos, incluindo a sua expressão quantitativa.

14.3 — A não apresentação da declaração descrita na alínea d) do número anterior determinará a não consideração do candidato naquela categoria.

15 — Assiste ao júri a faculdade de solicitar a qualquer candidato, em caso de dúvida, a apresentação de documentos comprovativos das declarações que efectuou sob

compromisso de honra, bem como de outras informações que considere relevantes para o presente concurso.

16 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

17 — Composição do júri do Concurso:

Presidente: Licenciada Maria Manuela Paiva Leamaro; Directora de Serviços de Sistemas de Informação.

1.º Vogal efectivo: Licenciado Rui Manuel Granja Alves, Chefe do Departamento de Tecnologias de Informação e Comunicação, que substituirá a Presidente nas suas faltas e impedimentos

2.º Vogal efectivo: Licenciada Eulália Joaquina Miguel Martins, Chefe do Departamento de Desenvolvimento de Sistemas e Aplicações.

1.º Vogal suplente: Licenciado Pedro Manuel Ribeiro de Carvalho Valério Vília, Especialista de Informática.

2.º Vogal suplente: Licenciado Sérgio José da Cunha Silva, Director de Serviços de Administração de Recursos.

18 — As actas do júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respectiva ponderação de cada um dos métodos de selecção a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final do método, serão facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

19 — Os candidatos admitidos a concurso serão convocados para a entrevista profissional de selecção através de ofício registado, notificação pessoal ou aviso publicado na 2.ª série do *Diário da República*, quando o número de candidatos for igual ou superior a 100.

20 — Os candidatos excluídos são notificados para a realização da audiência dos interessados, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, pelas formas indicadas no número anterior.

21 — A ordenação final dos candidatos é efectuada de acordo com a escala classificativa de 0 a 20 valores, em resultado da média aritmética ponderada das classificações quantitativas obtidas em cada método de selecção, considerando -se não aprovados os candidatos que obtiverem classificação inferior a 9,5 valores.

22 — A lista de classificação final é notificada aos candidatos nos termos do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, afixada em local visível e público das instalações do IMTT.IP e disponibilizada na sua página electrónica.

23 — O recrutamento efectua -se pela ordem decrescente da ordenação final dos candidatos colocados em situação de mobilidade especial e, esgotados estes, dos restantes candidatos, nos termos do artigo 20.º da Lei n.º 69-A/2009, de 24 de Março.

24 — Nos termos do Despacho conjunto n.º 373/2000, de 1 de Março, em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando

escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

8 de Setembro de 2011. — O Presidente do Conselho Directivo,
Carlos do Maio Correia.

205155937

Aviso n.º 19360/2011

Concurso interno de acesso geral para recrutamento de um Especialista de Informática

1 — Nos termos do disposto na alínea a) do artigo 9.º e do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 204/98, aplicáveis por força da subalínea i, da alínea b) do n.º 1 do artigo 35.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, faz-se público que despacho de 16 de Março de 2011 da Vice-Presidente deste Instituto, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação no *Diário da República*, do presente aviso, concurso interno de acesso geral, com vista ao preenchimento de um lugar de especialista de informática, grau 3, nível 1, da carreira de especialista de informática, previsto, e não ocupado, no mapa de pessoal do Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P. (IMTT I. P.).

2 — Legislação aplicável — Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de Março, Portaria n.º 358/2002, de 3 de Abril, Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, e Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro.

3 — Prazo de validade — O concurso é válido para o preenchimento do posto de trabalho a concurso, caducando com o respectivo preenchimento.

4 — Serviço e local de trabalho: As funções serão exercidas na Direcção de Serviços de Sistemas de Informação/Departamento de Desenvolvimento de Sistemas e Aplicações, sitas na Avenida das Forças Armadas n.º 40, 1649-022 Lisboa.

5 — Remuneração: Nos termos do artigo 26.º da Lei n.º 55-A/2011, de 31 de Dezembro, a remuneração corresponde ao Escalão 1, Índice 720, da carreira de Especialista de Informática, no montante de € 2 471,62, ou, caso o candidato se encontre posicionado em escalão e índice superior, a remuneração a auferir será aquela que o candidato efectivamente detém.

6 — Área funcional — A área funcional do lugar a prover enquadra-se na Direcção de Serviços de Sistemas de Informação/Departamento de Desenvolvimento de Sistemas e Aplicações, cujas competências se encontram estabelecidas no artigo 7.º da Portaria n.º 545/2007 de 30 de Abril.

7 — Conteúdo funcional — Desempenho de funções nas áreas constantes do ponto 2.º da Portaria n.º 358/2002, de 03 de Abril, no domínio do desenvolvimento de aplicações WEB, pretendendo-se, nomeadamente e como Perfil, experiência em:

a) Desenvolvimento de aplicações WEB, incluindo construção de Portais, Sites, Intranet.

b) Tecnologias: HTML, JAVA, CSS, Sharepoint, OpenOffice.

c) Base de Dados Oracle e ou SQL.

8 — Requisitos gerais e especiais de admissão ao concurso:

8.1 — Requisitos gerais — constituem requisitos gerais de admissão os previstos no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

8.2 — Requisitos especiais:

8.2.1 — Os constantes no Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de Março.

8.2.2 — Nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 24.º, conjugada com o n.º 3 do artigo 26.º, todos da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, apenas se podem candidatar ao presente concurso, os trabalhadores que sejam detentores de relação jurídica de emprego público previamente estabelecida com a Administração Central e já se encontrem inseridos na carreira, na categoria, no mesmo nível, escalão e índice para os quais é aberto o presente concurso.

8.3 — Nos termos do n.º 3 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, os candidatos devem reunir os requisitos exigidos até ao termo do prazo fixado para apresentação das candidaturas.

9 — Requisitos de Vínculo:

9.1 — Em cumprimento do estabelecido no n.º 4 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2009, de 27 de Fevereiro, o recrutamento inicia-se de entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público previamente estabelecida com a Administração Central.

9.2 — Não serão admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria em referência e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal do IMTT, I. P., idênticos ao posto de trabalho para cuja ocupação se publicita o presente concurso.